

ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA

Ata nº. 039/07

1
2
3
4 Aos vinte oito dias do mês de novembro de dois mil e sete, às quatorze horas e nove minutos, pelos
5 fundamentos constantes das inclusas notas taquigráficas que integram a presente Ata, reuniram-se
6 para Assembléia Ordinária na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do
7 Adolescente do Município de Porto Alegre, sito Travessa Francisco Leonardo Truda, nº 40, 14º
8 andar – Centro de Porto Alegre, sob coordenação da Presidente Leci Soares Matos –
9 ACCAT/Associação Comunitária Campo da Tuca, e na presença dos **CONSELHEIROS DA**
10 **SOCIEDADE CIVIL:** Leci Soares Matos e Iara Lemes – ACCAT – Associação Comunitária
11 Campo da Tuca; Lino Morsh – Casa de Nazaré – Centro de Apoio ao Menor; Agenor Salton –
12 SOS Casas de Acolhida; Eveline Borges Streck – CRSJB – Educandário São João Batista;
13 Eulina Antunes – Instituição de Educação Infantil Maria de Nazaré; Gilmar Dalósto Rossa –
14 Instituto Recriar; Fátima Regina Leite Cruz – OSICON – Obra Social Imaculado Coração de
15 Maria; Elisabete Bortoluzzi – CEPA – Comunidade Evangélica de Porto Alegre; Lísia Renata
16 Beck – Fundação Fé e Alegria do Brasil; Ana Cristina L. de Algorta – Instituto Amigos de
17 Lucas; Rosane Passos da Silva – USBEE – União Sul Brasileira de Educação e Ensino.
18 **CONSELHEIROS DO GOVERNO:** Fernanda Kerbes – Câmara de Vereadores; Ariadne Tupy-
19 Assu SMCPGL; Joice S. Gonçalves – SMED; Ana Carolina Svirski e Gilberto Lisboa – FASC;
20 Grigelda L. S. Marques – Secretaria Municipal de Juventude; Denis da Silva Fraga – Secretaria
21 Municipal de Saúde; Júlio Fontoura – Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança
22 Urbana. Liane T. Scalabrini e Dalva Franco – Assessorias Institucional e Executiva do CMDCA.
23 **Pauta: 1 – Leitura da Planilha da Plenária Anterior e Solicitação de Complementação de Ata;**
24 **2 – Debates e Deliberações: Comissões, Finanças, Políticas e Reordenamento; 3 – Informes.**
25 Após assinatura da lista de presenças, a Sra. Leci Soares Matos deu início aos trabalhos. **Sra.**
26 **Presidente:** Boa-tarde. Vamos iniciar logo, porque a Haide ainda tem a apresentação para fazer para
27 nós, são 14h09min agora, até às 15 horas tem que ser para vencermos toda a pauta. Haide, a palavra
28 é toda tua. **Sra. Haide Venzon:** Boa-tarde. Nós estamos com parte da equipe aqui. **Sra. Carolina:**
29 Boa-tarde. Eu sou a Carol, sou psicóloga, estou participando do GT junto com a Haide. **Sra. Haide**
30 **Venzon:** O Everton deve estar chegando, ele também participou, também participou a ACOMPANAR,
31 o Amparo, o Semear, o Lino pela Casa de Nazaré, pelo CMDCA acompanhou o grupo de trabalho.
32 Nós fizemos a revisão da legislação e o que queremos hoje coletar é ao final do decreto, que as
33 possibilidades que nós levantamos, das atividades teóricas e práticas da instituição e na empresa.
34 Nós fizemos um texto que não está na apresentação. Vamos ver a revisão. Então, o que nós vimos
35 no decreto, que não está na lei, é essa dificuldade que a gente ver a teoria e a prática. Então, nós
36 temos que até 6h/dia para o adolescente que já tiver concluído o ensino fundamental. É vedada a
37 prorrogação e compensação de horas e a jornada é destinada a atividades teóricas e práticas,
38 simultâneas ou não, cabendo à Entidade fixá-las. No parágrafo único diz que o aprendiz dele levar
39 em conta os direitos assegurados no ECA. Por exemplo, os aprendizes que estão no Banco do Brasil
40 estão fazendo 4 horas, para poder ir um turno ao banco e o outro turno na escola. Então, está
41 melhorando a situação da lei, o que não pode é piorar. E mesmo que ele tenha uma jornada reduzida
42 isso não desconta no salário dele como se fosse um adulto que fizesse 20 horas ao invés de 40 horas.
43 A remuneração não está vinculada ao número de horas. **Sra. Ana Carolina Svirski:** Ele vai ter uma
44 liberação de 2 horas do contrato? **Sra. Haide Venzon:** Muitas empresas liberam, mas para cumprir
45 o que está no art. 21, porque se ele tem até 21 anos, porque a gente falou que o contrato vai até 24
46 anos. Então, no nosso caso, até 18 anos, vai ter que dar conta dos outros direitos dele enquanto
47 adolescente, não poderá fazer atividade em um lugar insalubre, ou que ofenda a moral, coisas desse
48 tipo que estão resguardados no ECA. O ambiente de trabalho, aqui é importante, vedada qualquer

49 atividade laboral, ele pode usar materiais, ferramentas e instrumentos, mas na instituição, digamos
50 que seja na alimentação, tem lá uma encomenda de não sei quantos, ele não pode entrar na
51 produção, porque está lá não para fazer um trabalho, está para aprender. Na empresa também, faltou
52 o funcionário do xérox, vai fazer os quinhentos xérox que tem que entregar agora. **Sra. Carolina:** É
53 importante colocar que a DRT briga porque não quer que os meninos fiquem na empresa, ou fiquem
54 o mínimo possível, mas eles podem ter aulas teóricas no ambiente de trabalho, na empresa, desde
55 que a empresa tenha uma sala onde eles estejam lá para ter aulas, não para trabalhar. Então, eu acho
56 que essa é a discussão toda que a gente quer fazer com vocês. A DRT na intenção de proteger é
57 contra eles ficarem na empresa, mas eles precisam ter a vivência, nós sabemos o quanto isso é
58 importante para eles, mas desde que acompanhados. Temos que amarrar bem isso. **Sra. Presidente:**
59 E as informações que chegam lá com certeza não é pelo Conselho, é dos próprios meninos, ou de
60 outras Entidade que vai lá reclamar. E eles fiscalizam. **Sr. Everton:** Mas a DRT fiscaliza em cima
61 do entendimento que tem do próprio programa. Se a gente for olhar em nível brasileiro, cada DRT
62 tem um olhar sobre o programa. Tanto é verdade que agora o UNIBANCO lançou um edital que
63 derruba completamente a tese da DRT. A DRT chamou as Entidades dizendo que não poderia ter
64 atividades aos sábados, porque ia ter um número x de atividades dentro da empresa. No entanto esse
65 material que veio, desse ofício do Ministério do Trabalho, garante ao UNIBANCO o lançamento do
66 edital, de 1.600 vagas, 1.056 horas podem ser executadas dentro do espaço da empresa. Então, para
67 ver que é uma questão de interpretação. Então, como que a DRT faz a sua fiscalização aqui no Rio
68 Grande do Sul? De acordo com a leitura que ela faz do decreto, que não é uníssono. **Sra. Haide**
69 **Venzon:** É por isso que nós estamos revisando com o Conselho o que é legal e o que é o desejável
70 encaminhar. Eu acho que agora está sendo necessária uma resolução, precisa de um
71 acompanhamento também dentro do Conselho. Eu acho que a melhor forma é esse grupo de
72 trabalho que a gente sempre teve, que é o que nós estamos fazendo agora, estamos vendo, porque
73 ninguém quer a exploração do adolescente no trabalho, mas, também, pode ser pobre para o
74 adolescente ficar o tempo inteiro só na instituição, fazendo 600 horas lá sem ter outra visão. **Sra.**
75 **Carolina:** Até porque se eles ficam lá dentro, aí fica um super, hiper, mega Trabalho Educativo,
76 quer dizer, não acaba nunca, aí eles não tem contato com a vida real. **Sra. Haide Venzon:** Então, as
77 aulas práticas vão ser na Entidade qualificada, no estabelecimento contratante. A empresa vai ter
78 que designar um empregado monitor ou vir da empresa, ele não pode pegar o cara mais carrasco da
79 empresa para acompanhar os adolescentes. Então, esse empregado monitor é super importante, que
80 antes não tinha. A Entidade tem que mandar cópia do projeto pedagógico também. Em cima desse
81 retorno da legislação a gente fez alguns exercícios e a proposta do Everton é que a gente coloque
82 diretrizes e objetivos que vão orientar. **Sr. Everton:** Os bolômetros, nós estabelecemos alguns
83 mínimos e máximos em relação a desenvolvimento pessoal e a parte de vivências profissionais.
84 Então, uma possibilidade que teria descrita do programa é de nós termos vivências profissionais,
85 60%, esse é máximo que a gente pensou, no estabelecimento contratante, que é da empresa. E 40%
86 de desenvolvimento pessoal na Entidade qualificada. **Sra. Haide Venzon:** O concedente nós
87 colocamos ali no final, porque se não há recurso ele não vai poder desenvolver. **Sr. Everton:**
88 Independente de onde seja a vivência profissional, ela tem que ter característica de laboratório e
89 aprendizagem, porque o adolescente não está indo lá para fazer uma produção, mas uma mera
90 produção, inclusive, quando se chega na experiência, essa é uma experiência que a gente tem, e a
91 gente coloca isso, muitas empresas já se excluem – “se não é para ser assim, então, aqui eu não
92 quero”. Isso acontece muito, porque às vezes a empresa tem uma estrutura de produção que não
93 acompanha essa possibilidade do adolescente estar lá dentro, porque dá muito trabalho. Outra
94 situação é quando nós vamos ter 40% de vivência profissional no estabelecimento contratante,
95 então, o contrário, nós temos 40% de vivência profissional e 60% de desenvolvimento na Entidade
96 qualificada. É óbvio que o desenvolvimento pessoal vai estar ligado com o trabalho lá no
97 desenvolvimento das vivências profissionais. Então, a vivência profissional serve como âncora, ou

98 como um chamariz, mas que depois tem que ser utilizado no desenvolvimento pessoal. Uma outra
99 possibilidade que a gente pensou foi em 50% de desenvolvimento pessoal e 50% de vivências
100 profissionais. **Sr. Lino Morsh:** O Trabalho Educativo também tinha uma diferença, era básico e
101 específico, hoje já se tem uma modalidade assim, como 50% específico e 50% básico. E por que se
102 chegou nisso? Porque se tinha essa discussão na época, por causa dessas necessidades, de fato
103 trabalhar o desenvolvimento social, pessoal do adolescente, não era de uma hora para a outra,
104 precisa realmente fazer um trabalho com um bom tempo. **Sr. Everton:** A gente está fazendo alguma
105 coisa que dê suporte para se avaliar na hora em que se recebe um programa, mas eu acho que é bem
106 importante que se tenha a clareza de que isso, tanto o desenvolvimento pessoal, quanto as vivências
107 profissionais, elas não são tão fechadinhas, daqui a pouco, através das vivências profissionais, eu
108 posso trabalhar muito de conteúdo de vivências pessoais. Por isso não é tanto a carga horária
109 definida, são parâmetros que a gente estabeleceu, que nós entendemos como parâmetros mínimos,
110 para que não se trabalhe nem muito para um lado e nem muito para o outro, mas, também, a gente
111 tem que ter o cuidado para que contemple o desenvolvimento pessoal, ou seja, que a vivência
112 profissional sirva como parte integrante da formação. **Sra. Haide Venzon:** Ali no gráfico de pizza,
113 fechando o bolômetro, é o adolescente como um todo. **Sra. Carolina:** E tem uma diferença quando
114 a gente atende o adolescente no programa de aprendizagem, de 14 anos, que às vezes nunca fez o
115 Trabalho Educativo, tem que ter a parte da formação humana, do desenvolvimento pessoal bem
116 forte, do que quando a gente pega um adolescente com 14 anos, que também já teve um
117 desenvolvimento pessoal bem grande, cresceu dentro da Entidade, que está pronto para ter uma
118 vivência profissional. Tu tens que analisar esses casos. **Sr. Everton:** Este aqui é o último, onde a
119 vivência profissional é 20% e desenvolvimento pessoal é 80%. O desenvolvimento pessoal ficou
120 muito grande aí, mas, na verdade, nós temos aqui duas diferenciações: uma é que dentro do próprio
121 espaço da Entidade ela vai-se preocupar em trazer outros links da questão da vivência profissional e
122 desenvolver junto, de uma forma mais carregada, uma vez que ela tem menos possibilidade de
123 saída. E isso vai acontecer normalmente quando? Quando aquela empresa não quer o jovem no
124 espaço da sua empresa, não tem condições de receber esse jovem ou não quer mesmo. O que a gente
125 vai ter que fazer? Buscar alguma parceria com alguma empresa para que esse jovem possa ter os
126 20% de desenvolvimento e de vivência profissional, que não é necessariamente dentro daquela
127 empresa contratante. Por exemplo, eu tenho lá uma parceria com a Carris, mas a Carris não quer os
128 jovens lá dentro. Então, o cara lá da Sudeste: “Eu não tenho interesse em buscar junto a vocês as
129 cotas, mas eu posso ceder o espaço para os adolescentes fazerem aqui as suas vivências”. Então,
130 com um eu consigo as cotas e com outro eu consigo o espaço. **Sra. Haide Venzon:** Isso que a gente
131 entendeu, porque a lei não diz o que é o concedente, a contratante está bem clara, que nesse caso
132 seria a Carris, a Entidade também está bem clara. Nós estamos ente de essa concedente que seria
133 uma instituição que a gente estaria fazendo a parceria para que ele tivesse a vivência profissional.
134 **Sr. Everton:** E também a gente pensou, por exemplo, aconteceu da gente estar em uma área de
135 formação que seja muito peculiar. Eu uso sempre o exemplo da alimentação, na MDCA tem um
136 projeto que tem a produção em padarias, aí não se conseguia o espaço para eles fazerem essa
137 vivência profissional, mas a Irmã Conceição tem um grupo de produção. Por que os guris que estão
138 no MDCA não podem ir para a Casa de Nazaré e fazer lá os 20% no espaço da produção? Poderia e
139 vice-versa. Então, entre nós mesmo poderíamos pensar em uma retroalimentação aqui. **Sra. Haide**
140 **Venzon:** No curso, a pessoa que está dando o curso – bom, aqui eu posso ensinar tudo, mas precisa
141 de uma situação concreta na vida real. **Sra. Carolina:** A gente faz uma parceria com o SENAC no
142 curso de garçom, mas a gente pede muito para os outros cursos de garçons, do próprio SENAC, do
143 Pão dos Pobres também, porque eles não têm a parte prática, eles querem aulas práticas em algum
144 restaurante, e algum lugar, porque eles não têm essa vivência, de carregar uma bandeja para um
145 cliente de verdade. Eles são maiores, de 17 a 24 anos. Agora um restaurante ofereceu uma parceria
146 para eles terem essa prática que a gente poder estar acompanhando, eu até bati umas fotos, a

147 primeira vez que eu fui até chorei sentada na mesa de ver um menino nosso. A cada semana vão
148 dois, ficam uma semana, fazem a vivência prática e voltam para a Entidade, aí vão mais dois. Eles
149 querem assim, eles nos pedem para ir, porque isso faz com que eles tenham um amadurecimento,
150 eles vêm o que aprenderam. **Sra. Haide Venzon:** Então, por essa proposta não haveria 100% de
151 atividade na instituição. Então, mesmo que a instituição seja responsável e que a contratante não
152 queira, como o Everton disse, pela proposta nossa teria 20% de uma vivência prática, devidamente
153 acompanhada, ele não está lá para carregar todas as bandejas, para lavar toda a louça do restaurante.
154 Não é isso, porque sem essa vivência prática da vida real, isso serve para outras situações. Aí é que
155 em o nosso contraponto com a DRT, porque a DRT considera que a melhor proposta é aquela que o
156 adolescente fique o tempo todo na instituição. E nós, por toda a nossa caminhada, a gente acha que é
157 importante essa vivência. **Sra. Carolina:** Principalmente para os adolescentes maiores. Esses foram
158 os bolômetros. Alguém gostaria de perguntar ou cimentar alguma coisa? **Sra. Presidente:** Alguém
159 quer fazer alguma pergunta, questionamento? **Sra. Haide Venzon:** Tem um conjunto de ocupações
160 que agora estão sendo chamadas de “arcos de ocupações”, e essas ocupações têm um eixo e o que
161 pode ser desenvolvido. Eu até vou passar esta folha vocês, isto veio no anexo do edital do
162 UNIBANCO. Então, dentro dessas ocupações que as instituições apresentariam os cursos. **Sr. Lino**
163 **Morsh:** A gente poderia utilizar o nosso anexo. **Sr. Everton:** Tem que dar uma estudada. **Sra.**
164 **Haide Venzon:** É, tem algumas coisas, mas é uma referência. Então, a gente tem que ver, porque
165 essa é uma palavra nova, os arcos de ocupações. A gente tem que trazer, porque se alguém trouxer
166 para o Conselho um CIEE da vida, o UNIBANCO e tal, o Conselho tem que ter essa nomenclatura.
167 **Sra. Carolina:** O que vale a pena chamar atenção é que com o aumento da idade, 18 a 24 aos, não
168 sei, é a terceira vez que eu falo isso, vamos supor que se decida fazer um projeto de aprendizagem,
169 se eu colocar no meu projeto que vou atender jovens de 18 a 24 anos, eu não preciso passar pelo
170 CMDCA. **Sra. Presidente:** Eu visualizo assim, porque a resolução está hoje de 14 a 24 anos, tem
171 casos que são de 14 a 24, outros de 16 a 24. Na verdade, o que diz o Estatuto, é de 14 a 18, um
172 projeto de aprendizagem que é de 18 a 24. Ali no Nacional, de ponto de cultura, vem de 16 a 24.
173 Tem algumas coisas, mas a programação, a parte pedagógica pega todas, inclusive, essa questão de
174 proteção do serviço, essa parte da aprendizagem que se faz na Entidade, mas não se faz em nível
175 voluntariado. **Sra. Carolina:** Quem vai fiscalizar isso? **Sra. Haide Venzon:** Quem sabe no futuro
176 Conselho da Juventude, que é 18 a 24 anos. **Sra. Iara Lemes:** Nos pontos de cultura que a gente
177 teve, a Entidade mandava relatório para o Ministério da Cultura dizendo o que fazia com o tempo
178 que ele estava lá. **Sra. Presidente:** Na verdade, a questão dos agentes de cultura, é o decreto de
179 2005, que foi feito aquele encontro, os 14 ministérios que assumiram a questão da juventude. Por
180 isso saíram vários programas, mas ampliou, ao invés de ser 22 foi 24 anos, inserção da juventude,
181 Ministério do Desenvolvimento e Ministério da Cultura. **Sra. Haide Venzon:** Não sei, talvez
182 transitoriamente fique para a DRT os programas. No decreto está bem claro, tem que dar preferência
183 para o adolescente até 18 anos, para aquelas atividades insalubres é acima de 18 aos, assim mesmo
184 em ambiente simulado, porque só porque é adulto pode expor? Não. Na seqüência se pensou em
185 estabelecer diretrizes, e a Elisa, como esta trabalhando também na parte operacional pensou em uma
186 ficha para o Conselho que acompanharia todos os itens, aí quando vem o programa o Conselheiro
187 vai ter as diretrizes, um roteiro para analisar o projeto. Essas diretrizes, até o Everton tinha feito
188 toda a escrita completa, mas não deu tempo de colocar tudo, mas colocamos como eixos para vocês
189 verem o que seriam as diretrizes. A primeira diretriz, tu tens que olhar o adolescente como aprendiz,
190 fundamentação legal, os artigos 3 e 4 do ECA e os capítulos do 60 a 69. Então, nessa diretriz, o
191 Conselheiro que estiver analisando o projeto vai ver como esta. Como a Resolução nº 6 do
192 Conselho invoca LOAS, que também é um avanço, está bem clara lá a situação de vulnerabilidade
193 social, vai olhar qual o público, qual a renda, já está na resolução; mas pode entrar com
194 universitária, com renda familiar? É uma pergunta que já foi feita. Então, essa diretriz que está
195 sozinha, vem a orientação legal e depois ela vai estar interpretada. A diretriz três, o que é o

196 adolescente, a formação técnica e profissional, está na lei, no decreto, e nós colocamos mercado e
197 mundo de trabalho, porque hoje toda a documentação fala em mundo, mas a lei, o ECA, ainda está
198 falando em mercado. Então, o desejável é que eles estejam preparados para o mundo, em uma visão
199 mais abrangente e não apenas como ocupação do mercado. A outra diretriz, as Entidades
200 qualificadas, quais são os requisitos de acordo com a lei. Uma das fichas, que pode ser como Estado
201 aqui, que a Eliza fez um exercício, vai estar descritas as Entidades qualificadas, o que ela tem que
202 ser, ela tem que entender de adolescente, tem que trabalhar com assistência, tem que ter espaço
203 físico adequado, vai ter que ter o corpo docente e assim por diante. Então, vai ter um check-list,
204 onde o Conselheiro vai olhar, ou a Entidade esqueceu de colocar, ou não é ainda uma Entidade
205 qualificada. Em 2003, quando nós começamos, não tinha ainda a Resolução nº 36, mas agora não se
206 admite que uma instituição comece um programa sem estar de acordo com a resolução. A gente
207 acha que a empresa não tem autonomia para contratar uma instituição que não esteja inscrita no
208 Conselho. Na quinta diretriz tem atribuições do CMDCA, está na lei, no decreto e na resolução do
209 CONANDA, que diz bem claro que o Conselho vai registrar, inscrever, a Entidade tem que mandar
210 a relação dos adolescentes, tem que atualizar e o Conselho vai encaminhar para a DRT. **Sr. Lino**
211 **Morsh:** É que quando entra a questão do decreto, a questão da idade, foi o decreto que alterou a
212 idade e depois não fala mais nada. Só aumenta a questão da idade, mas não atribui mais nada. **Sra.**
213 **Haide Venzon:** Não dá competência para ninguém. **Sra. Rosane Passos da Silva:** Está falando de
214 que não tem registro no CMDCA? **Sra. Haide Venzon:** É, ou não tem a inscrição do programa.
215 **Sra. Haide Venzon:** É uma Entidade registrada, mas não inscreveu o programa. Está nos artigos 90
216 e 91 do ECA que o Conselho registra as não governamentais e inscreve os programas das
217 governamentais e não governamentais. Então, uma PROCEMPA da vida, uma empresa pública, ela
218 tem que inscrever o programa aqui. **Sra. Presidente:** A gente sabe que a Entidade para participar do
219 edital tem que ter seis meses de participação, a gente sabe que tem Entidades solicitando o registro
220 aqui e querendo executar agora. **Sr. Lino Morsh:** Na Resolução nº 6 fala em um ano. **Sra. Haide**
221 **Venzon:** Para o Conselho inscrever tem que pôr em prática, não pode dizer: “Eu vou ter um SASE”,
222 tem que pôr em prática. **Sr. Lino Morsh:** Diz ali: “Como Entidade executora em um período
223 mínimo de 12 meses”. **Sra. Haide Venzon:** Sim, ela tem que ter uma experiência de atendimento
224 direto. **Sra. Presidente:** O que eu estou levantando vou ser bem clara, porque eu não gosto de
225 coisas muito enroladas, o grande debate que está aqui é o CIEE, por exemplo. Eles surgiram a
226 pouco solicitando o registro de programas e não estão o Fórum, já fere a resolução, temos
227 Conselheiros que defendem que é legal para poder entrar, que se está abrindo espaço, parece que a
228 gente está sempre centralizando espaço para alguns. Então, a gente tem que levantar essa discussão.
229 **Sra. Conceição Inaiá de Andrade:** O que eu sinto é assim, um desafio muito grande para nós,
230 porque agora estão chegando e apresentando vários projetos, várias oportunidades para os jovens e a
231 gente desconhece, parece que nós não temos resistência para acompanhar. Parece que a gente não
232 tem capacidade para acompanhar tudo, desde a educação infantil, não tem pernas para acompanhar.
233 O Conselho precisa se reordenar na composição das suas comissões para que a gente fique mais por
234 dentro disso. **Sra. Presidente:** O que a senhora está falando é correto, porque é muito trabalho que
235 o Conselho tem, por isso o Conselho tem essa prerrogativa de criar os GTs de trabalho para
236 aprofundar e estudar o tema. Isso o Conselho está tentando fazer. **Sra. Carolina:** Eu acho que a
237 gente não pode ver o CIEE também como um inimigo e nem como amigo, tem que ficar no meio-
238 termo, porque pode ser que venham a colaborar, dependendo da parceria que possa fazer com eles,
239 desde que registre o programa. Eles também têm que dançar um pouco a nossa música. **Sr. Lino**
240 **Morsh:** Com relação ao CIEE, eles tinham uma idéia, eu acho que eles modificaram bastante o
241 projeto social deles. **Sra. Presidente:** Sim, tem melhorado. **Sr. Lino Morsh:** A questão do público
242 alvo que eles não tinham, que com a resolução do Conselho, que define o público alvo da
243 assistência social, que contempla do SUAS, a renda, está no projeto deles, foi aprovado dessa
244 forma, com essa condição. E a questões também da quantidade de cargas horárias para um e para

245 outro, e também a questão de quanto tempo vai ficar na empresa e quanto tempo no CIEE, no caso.
246 O correto seriam três dias, três na empresa e dois no CIEE enquanto instituição. **Sra. Carolina:** O
247 CIEE não tem experiência como Entidade com formação humana, porque, modéstia à parte, nós
248 temos muita experiência nisso. Então, talvez a gente pudesse ser o concedente deles e executar a
249 parte humana, o nosso público está lá, fazer a parte humana do CIEE e aí encaminha para as
250 empresas, porque eles tem muito mãos *know-how* do que nós para encaminhar para as empresas.
251 Isso poderia ser uma parceria. **Sra. Haide Venzon:** Eu acho que dentro do Conselho, quando uma
252 Entidade já registrada vier pedir inscrição de programa, eu acho importante a Comissão de Políticas,
253 a Comissão de Reordenamento, se essa Entidade cresceu, amadureceu, ela tem capacidade para dar
254 esse curso, não vai fazer qualquer coisa. a gente tem que ver também o lado econômico, enquanto
255 os *Ss*, tem aquele 1% que podem contratar quantos educadores quiserem, com todas as instalações,
256 nós dependemos da taxa de administração da empresa, porque não temos recursos e tu não podes
257 dar um curso só com voluntários. Em algumas cidades existem Entidades apoiando projetos tipo um
258 projeto de captação de recurso para suprir a deficiência desse 1% das instituições, porque não
259 fiquem em defasagem. Dizem que há um projeto para que haja uma arrecadação para as instituições.
260 Eu até não vou dar o nome, porque não é ético, uma vez que a gente se dispõe a trabalhar com todas
261 as instituições, para que cresçam como um todo, mas uma empresa contratou uma instituição que
262 não tem a menor idéia do que seja o Aprendiz, ela tem registro, mas não tem a inscrição do
263 programa. Simplesmente porque está na periferia e os adolescentes precisam. Eu acho que é o outro
264 lado do CIEE da vida, a instituição é da periferia, mas também tem que se capacitar. Ela está com
265 seis adolescentes e com seis ela não consegue pagar educador nenhum. Como vai desenvolver?
266 Então, isso é uma interrogação também. Então, vamos fechar aqui. O que é a Entidade qualificada?
267 Tem uma portaria do Ministério do Trabalho e Emprego, que está reproduzida na Resolução nº 6 do
268 Conselho, onde coloca todos os itens, faixa etária, objetivo, conteúdos, carga horárias. Então,
269 aperfeiçoamos essa portaria e está na nova resolução, dentro da diretriz. A questão da certificação,
270 isso é outra questão. A lei está bem clara, quem certifica é a instituição. Vamos ao Banco do Brasil,
271 ele quem tem que certificar. Então, pode-se ter a instituição junto com, para a vida prática um
272 certificado lá da Casa do Nazaré, por exemplo, vão dizer: “Quem são esses?” Agora, um certificado
273 junto com o Banco do Brasil, mas nem por isso o Banco do Brasil vai dar certificado se o curso é
274 nosso. Aí a gente recebe a etiqueta, como já recebemos. E tem uma diretriz, que eu não sei como o
275 Conselho faria isso, mas tem que ter uma avaliação da Entidade e uma fiscalização do Conselho
276 Tutelar, que há muitos anos nem chega perto de nós, mas está lá a fiscalização do Conselho Tutelar.
277 **Sra. Presidente:** Eu acredito que às vezes, pelo atropelo, não é de agora que o Conselho não
278 consegue dar conta do todo, mas é a questão do Conselho Tutelar estar ciente que essa é fiscalização
279 é dele e conhecer todo o instrumento do Jovem Aprendiz, até para que possa acompanhar e
280 fiscalizar. É aquilo que eu digo, muito a gente tem da Resolução nº 6, nós tínhamos muitos
281 programas que mudaram a sua forma de atuar, que a gente só ficou sabendo, que também é um
282 papel da DRT fiscalizar, que tinha mudado pela DLT. A gente se sente até constrangido de ser
283 cobrados pela DRT, uma coisa que nós convivemos toda a semana, mas quem chama a atenção da
284 gente é a DRT nesse sentido. O Conselho Tutelar da mesma forma, a pessoa sabe que modificou a
285 forma de atuar e não comunica o Conselho Tutelar. Então, é uma questão de comunicação, de
286 interagir entre nós. **Sra. Conceição Inaiá de Andrade:** E é um desafio muito grande para nós, o
287 Conselho Tutelar não chega até as nossas sem também, parece que não dá crédito aquilo a gente ou
288 denuncia, ou comunica. **Sra. Presidente:** Isso é uma caminhada de ambas as partes. **Sra. Haide**
289 **Venzon:** Então, nós produzimos uma série de textos, que a gente vai colocar á disposição do
290 Conselho e acho que agora é uma atividade prática. Eu não sei qual é o procedimento, se faz uma
291 que complementa seis, ou faz uma nova que incorpora a resolução, não sei. **Sra. Presidente:** Pode
292 até fazer completo, mas contemplando toda as questões, que venha para o Conselho e
293 automaticamente se aprova, contemplando os artigos que tem na 6, para fazermos a resolução, que

294 venha a substituir a nº 6. **Sra. Haide Venzon:** Nós temos que fazer uma equipe com mais alguém
295 do Conselho, o Lino e mais alguém. **Sra. Presidente:** Mas para GT de Trabalho é o Lino, a Elisa,
296 tu. **Sra. Haide Venzon:** Mas pelo Fórum ampliamos uma equipe para discutir. **Sra. Presidente:**
297 Nós mantemos esses mesmos nomes pelo Conselho, porque já votamos a comissão. Então, vem
298 para cá, o Gilmar também pode se integrar para avaliar, ver se está dentro dos conformes, mas, e
299 princípio, eu cx que está bem nesse sentido. **Sra. Ana Carolina Svirski:** Foram apresentadas três
300 propostas ali, 50 e 50, isso tudo está dentro do quê? **Sra. Haide Venzon:** São interpretações que nós
301 fizemos do que está lei de teórico e prático. **Sra. Carolina:** Porque a lei é bem clara, as aulas
302 teóricas e práticas podem ser feitas em qualquer lugar. Então, podem ser feitas na empresa, não
303 precisa ser na Entidade. **Sra. Presidente:** Acontece que a maioria das empresas não tem esse
304 espaço. **Sra. Carolina:** Não diz que tem que estar tanto tempo na empresa e tanto tempo na
305 Entidade, quem fala isso é a DRT. Se a Entidade pudesse fiscalizar isso, porque é importante que
306 seja dentro da empresa, aí a história dos bolômetros, 50 e 50, 60 e 60. **Sra. Ana Carolina Svirski:**
307 Eu estava em dúvida se era fixo ou se tinha sido uma interpretação. **Sra. Haide Venzon:** Não. **Sra.**
308 **Presidente:** Uma das propostas foi trazer o DRT aqui para conversarmos. **Sra. Carolina:** Isso sim
309 seria o correto, conversarmos com eles para não serem tão radicais. **Sra. Presidente:** Até mostrar
310 para eles que as duas que estavam tendo problemas, isso já foi resolvido. **Sra. Haide Venzon:** O
311 que a Leci está colocando, ela foi chamada da DRT para prestar contas de uma série de coisas que
312 nem eram verdadeiras. E nós queríamos depois dessa resolução já alinhavada, com uma posição do
313 Conselho, aí chamar a DRT. Aí não vai ser uma Entidade que vai defender uma proposta, mas esse
314 consenso do Conselho. Então, ficamos por aqui. **Sra. Presidente:** Eu agradeço, Haide, e quando
315 tiver o material pronto deixa aqui para a gente ir aprofundando. Obrigada. Então, a Haide e a equipe
316 do GT de Trabalho apresentou a questão do Jovem Aprendiz. Agora são 15h07min, vamos
317 recomençar a nossa Plenária. Vamos ler a planilha. **1 – Leitura da Planilha da Plenária Anterior e**
318 **Solicitação de Complementação de Ata.** **Sra. Ana Carolina Svirski:** (*Leitura da Planilha*). Não
319 era IPA, era UERGS. **Sra. Dalva Franco:** Eu entendi que no IPA não aconteceria o curso de
320 Pedagogia. **Sr. Lino Morsh:** É que vai ter o curso de Pedagogia novamente com a UERGS. **Sra.**
321 **Ana Carolina Svirski:** Eu tinha entendido que era o curso de educadores sociais da UERGS. **Sr.**
322 **Lino Morsh:** Que não vai sair, exatamente. **Sra. Dalva Franco:** Eu vejo a informação com a
323 Vladia. **Sra. Ana Carolina Svirski:** Aqui não ficou claro, o repasse dos R\$ 250.000,00 cheios, com
324 conhecimento para a FASC. **Sr. Gilmar Dalósto Rossa:** E a partir de agora não mais haverá
325 repasse. **Sra. Ana Carolina Svirski:** A partir de janeiro foi o que combinamos. **Sra. Dalva**
326 **Franco:** Então, seria acrescentar: “A partir de janeiro”? **Sra. Ana Carolina Svirski:** Tem que
327 deixar claro que esses R\$ 250.000,00 aquilo, foi combinado sem ter retenção, que o valor recebido a
328 partir de janeiro de 2008 vai ter retenção de 30%, de acordo com a Resolução nº 100. **Sr. Gilmar**
329 **Dalósto Rossa:** Ali na indicação para a Comissão de Avaliação do Projeto Figueira, na verdade, é o
330 Gilmar, eu já tinha indicado na origem. Não é o Denis. **Sra. Dalva Franco:** Tu me passaste um
331 bilhetinho, eu entendi que tu estavas solicitando que o Denis fosse. Então, eras tu. É o Júlio e a
332 Fátima, só que foram pelo CMDCA. **Sr. Gilmar Dalósto Rossa:** Então, eu renovo o pedido. **Sra.**
333 **Presidente:** O Denis é da Comissão de Políticas, nós aprovação a representação do Gilmar lá na
334 FASC, no edital das Entidade. Então, mantém. **Sra. Dalva Franco:** Na correspondência eles
335 solicitavam dois. Então, estaremos indicando três? **Sr. Júlio Fontoura:** Eu abro mão, então. **Sr.**
336 **Gilmar Dalósto Rossa:** Eu acho que dá para ir três. **Sra. Presidente:** Mas quem ficou definido?
337 **Sra. Dalva Franco:** O Júlio e a Fátima. **Sr. Júlio Fontoura:** Eu não vejo problema na inclusão do
338 Gilmar, só vem a reforçar. **Sra. Presidente:** Então, o Gilmar junto. E o dia das reuniões? **Sra. Ana**
339 **Carolina Svirski:** Não tem definido ainda. **Sra. Presidente:** Mais alguma questão da Planilha?
340 Quem está de acordo com a Planilha apresentada, com as ressalvas já feitas, por favor, levante a
341 mão. Alguém é contra? Quem se abstém? Então, foi aprovada por unanimidade. Então, vamos

342 passar para as comissões. A Comissão de Finanças pode começar? Vamos lá. **2 – Debates e**
343 **Deliberações: Comissões, Finanças, Políticas e Reordenamento. Sr. Lino Morsh:** A Comissão
344 de Finanças analisou três processos, o primeiro é a ASSBERGS – Associação das Creches
345 Benéficas do Rio Grande do Sul, pede renovação do certificado de capacitação de recursos do
346 projeto Doações Organizadas, Crianças Alimentadas, no valor de R\$ 25.000,00, tem 5%, que já é
347 uma renovação. A comissão é favorável. **Sra. Presidente:** Em processo de aprovação, quem está de
348 acordo com o projeto da ASSBERGS, por favor, levanta a mão. Quem é contra? Quem se abstém?
349 Duas abstenções. Aprovada. **Sr. Lino Morsh:** Também pede renovação a Entidade Associação
350 Comunitária Campo da Tuca, vê com o Projeto Preservar o Meio Ambiente para Garantir Qualidade
351 de Vida. O valor do projeto para renovação de certificado é de R\$ 40.000,00, é um projeto isento,
352 geração de renda com adolescente. A comissão é favorável à renovação do certificado do Campo da
353 Tuca. **Sra. Presidente:** Em processo de votação, quem está de acordo com o projeto levante a mão,
354 por favor. Quem é contra? Alguma abstenção? Uma abstenção. Aprovado. **Sr. Lino Morsh:** O
355 próximo projeto não é para aprovação, mas é só para falar sobre o andamento do processo. É o
356 projeto da FASC, Projeto Figueira, reordenamento de abrigos, a Comissão de Finanças é favorável à
357 autorização de captação de recursos, no valor de 13 milhões, você retenção de 30%, mantém a
358 sugestão de discutir o projeto no Fórum dos Abrigos e apresentação do projeto pela FASC em
359 Plenária. Encaminha para o Comissão de Reordenamento. **Sr. Gilberto V. Hügel Lisboa:** Pode ser
360 na próxima? **Sr. Lino Morsh:** Não, primeiro o Reordenamento tem que olhar, tem que marcar com
361 a Executiva. É a sugestão da comissão. **Sra. Presidente:** Mas esse processo já veio, já foi
362 apresentado em Plenária, a Executiva toda analisou esse projeto e o encaminhamento que a Políticas
363 tinha dado, foi a sugestão de uma Conselheira, que fosse para o Fórum de Abrigagem. O que nós
364 entendemos? Um projeto que entra no Conselho é responsabilidade deste Conselho. Agora, a
365 discussão como reordenamento, se ele está prevista até 2010, tanto a sociedade, como o Fórum de
366 Abrigos, como o Fórum de Entidades, podem ir discutindo e na caminhada ir ajustando a questão do
367 reordenamento de abrigagem. Agora o projeto de captação de recursos não entra nesse campo. **Sr.**
368 **Lino Morsh:** O encaminhamento da comissão é favorável à aprovação, desde que tenha um parecer
369 da comissão, o projeto pode andar, mas é um pedido de que tenha aqui uma apresentação para o
370 conhecimento de todos os Conselheiros, mas isso não impede aprovação. **Sr. Gilberto V. Hügel**
371 **Lisboa:** Teve aquela apresentação conjunta no CMAS, onde foi aprovado o projeto, teve
372 discussões, inclusive, foram poucos Conselheiros aqui que compareceram. **Sr. Lino Morsh:** Mas
373 não é para aprovar o projeto, é para conhecimento, porque nós somos favoráveis em aprovar para
374 captação de recursos. **Sra. Presidente:** É um projeto técnico, é outra discussão, não para por aqui.
375 Agora, a questão da captação de recursos são outros quinhentos. **Sra. Joice S. Gonçalves:** Nós
376 temos lá no armário do Reordenamento o projeto na sua totalidade, nós já estivemos conversando
377 com a colega da FASC para tentar agendar um horário com a equipe técnica que está fazendo o
378 projeto acontecer. Como ela se encontra só às terças e sextas nós não conseguimos agendar, porque
379 sai fora aqui da agenda do Reordenamento. Então, já fizemos a leitura. **Sr. Gilberto V. Hügel**
380 **Lisboa:** Nós gostaríamos que fosse aprovado o certificado. **Sra. Presidente:** Então, vamos colocar
381 em votação? Vão aproveitar que as comissões estão aqui, está toda a composição completa das
382 comissões aqui. **Sra. Ana Carolina Svirski:** Eu gostaria de solicitar, e se pudesse constar em ata,
383 que como nós não temos as informações das datas certas do Fórum de abrigos, houve uma confusão
384 de local no último dia que teve. Então, que pudesse sair um ofício colocando o cronograma para que
385 a gente possa se reprogramar. **Sra. Presidente:** O Fórum de Abrigos, na verdade, digamos, é um
386 fórum ligado ao Fórum de Entidades, participam Conselheiros, mas aí é uma questão de ir para o
387 Fórum, parece que o Agenor e o Gilmar participam do Fórum de Abrigagem, mas é da competência
388 do Fórum de Entidades. Às vezes parece que é tudo misturado, mas não é, cada grupo tem a sua
389 instância. **Sra. Ana Carolina Svirski:** Eu queria saber, porque como tem um despacho em um
390 processo aqui, de discussão. **Sra. Presidente:** Isso só pode ser sugestão do projeto grandão, aquele,

391 de todo o reordenamento dos abrigos, que deva ser discutido no Fórum de Abrigagem, no Fórum de
392 Entidades, enfim, nas suas redes. Essa é uma recomendação. **Sr. Gilberto V. Hügel Lisboa:** Para
393 quê? **Sra. Ana Carolina Svirski:** para que sejamos avisados. **Sra. Presidente:** Então, vamos
394 colocar o Projeto Figueira, do Reordenamento da Rede de Abrigagem, que são 13 milhões. **Sr.**
395 **Gilberto V. Hügel Lisboa:** Ao longo de 4 anos. **Sra. Presidente:** Uma das coisas, que também é
396 importante, é ao longo dos 4 anos esse projeto, programado até 2010. **Sr. Gilmar Dalósto Rossa:**
397 Então, não é o caso de prevermos com uma validade de um ano, nós não temos que fazer uma
398 autorização para captar o necessário? **Sra. Presidente:** Então, vamos botar em votação para um ano,
399 claro, se captar tudo bem. **Sra. Ana Carolina Svirski:** Esse valor é para o primeiro ano sim. **Sr.**
400 **Gilmar Dalósto Rossa:** Os 13 milhões é o conjunto todo. **Sra. Presidente:** Se for para voltar a
401 discutir vamos pedir vista para voltar. Vamos colocar em votação. **Sra. Eulina Antunes:** Nós
402 aprovamos esse projeto nesse valor, se eles vão levar dez anos, um ano ou um mês, é esse projeto
403 nesse valor. É o nosso caso que enquanto instituições apresentamos. **Sra. Ana Carolina Svirski:**
404 Esse projeto foi da primeira etapa. **Sra. Presidente:** Então, em processo de votação o Projeto
405 Figueira, que é a questão de captação de recurso, no valor de 13 milhões, com 30% de retenção.
406 Quem está de acordo, por favor, levante a mão. Alguém é contra? Abstenção? Quem se abstém?
407 Aprovado com 14 votos e uma abstenção. Eu já comentei aqui que acho uma grande bobagem
408 levantar e sair a Entidade, quando, às vezes, é renovação do projeto, todo mundo conhece, mas a
409 única coisa que não pode é na hora da votação o dono do projeto ficar defendendo o seu projeto, ou
410 levantando questionamentos. Mais algum Projeto? **Sr. Lino Morsh:** Aqui encerrou. **Sra.**
411 **Presidente:** Comissão de Políticas tem projetos? **Sra. Elisabete Bortoluzzi:** Nós atendemos uma
412 Entidade e avaliamos mais três projetos, mas vamos ter que chamar as três Entidades. Está tendo
413 bastantes projetos confusos, falta documentação, os programas estão misturados, não estão claros,
414 nenhuma se propõem para atividades em determinadas faixas etárias. Então, a comissão tem
415 atendido muitas Entidades, duas a três por manhã, para poder esclarecer as questões do projeto e o
416 funcionamento. Não temos nada parado conosco. **Sra. Presidente:** O que a gente tem que registrar é
417 que isso é muito a atribuição da Comissão de Políticas quando se trabalha os projetos, constatar os
418 problemas do Reordenamento, chamar e informar a Entidade. Assim como a Comissão de
419 Reordenamento, que vai lá, visita, conversa com as Entidades para ir preparando as Entidades.
420 Então, o Conselho está acompanhando as Entidades que acessam o Conselho, em nível de suas
421 comissões. E muitas vezes até a própria Executiva indo visitar, acompanhar nesse sentido. Tem que
422 ficar bem claro, porque às vezes se cria um consenso, às vezes até os próprios Conselheiros aqui, de
423 achar que o Conselho não dá apoio para as Entidades. **Sra. Elisabete Bortoluzzi:** Nós temos atas de
424 atendimentos, inclusive, damos informações, complemento de informações. Há ata de todos os
425 atendimentos feitos, depois assinada pelos Conselheiros que participaram, independente da
426 comissão que faz parte. **Sra. Presidente:** Isso é importante, até para ir para o relatório do final do
427 ano. **Sra. Ana Carolina Svirski:** Teve mais aquela situação do ofício, a questão das políticas da
428 Cidade, o atendimento. Veio para o Conselho tomar conhecimento da falta de política da Cidade em
429 relação à atendimento de adolescentes abusadores, não se tem muita atenção à vítima, mas que o
430 programa para atendimento quando envolve um adolescente infrator em função de abuso, que seria
431 de cunho sexual. **Sra. Presidente:** É a questão daquela denúncia que tem de abrigo? **Sra. Elisabete**
432 **Bortoluzzi:** Não, era de abrigo. Foi um atendimento que foi feito durante pouco período, aí tem
433 relatos dos atendimentos e da audiência também. A gente pode passar para as comissões tomarem
434 conhecimento. **Sra. Presidente:** Eu acho que até a própria Comissão de Políticas tem que tirar
435 proposta para deliberar sobre ma política, a gente tem que aprofundar esse tipo de coisa. **Sra. Ana**
436 **Carolina Svirski:** A assistência social, a saúde, eles puxavam uma discussão nesse sentido, eu acho
437 que nós podemos trazer. **Sra. Presidente:** Eu acho que isso é na área da saúde, deveria ser. **Sra.**
438 **Ana Carolina Svirski:** Houve um relato nesse documento de ele deveria ter sido atendido na
439 Secretaria de Direitos Humanos, mas era estagiário, quando o estagiário saiu não teve continuidade.

440 Não sei. **Sra. Presidente:** Mais alguma coisa? **Sra. Ana Carolina Svirski:** Não. **Sra. Presidente:**
441 Comissão de Reordenamento. Vocês fizeram visita ontem. Antes, eu gostaria de registrar que hoje
442 de manhã, por força das tarefas, o carro teve que ser usado para nos levar ao MP, levar umas
443 bandejas lá para o Abrigo Marta Maria. Então, tivemos que buscar os Conselheiros no MP, ao meio-
444 dia, não deu para o carro vir para cá para fazer as visitas. Então, houve várias atribuições. Eu
445 gostaria que a Fátima desse um relato do GT que recebeu aqui a Entidade Girassol. **Sra. Fátima**
446 **Regina Leite Cruz:** Eu gostaria de contar também com o Conselheiro Gilmar, que estava presente,
447 e a Vladia também estava, mas hoje não está aqui. Nós recebemos na semana passada a Entidade
448 Girassol, estava o seu Padilha, o Paulo Padilha, que é o Presidente da Entidade, o seu Padilha, que é
449 o pai do Paulo, tem uma função na Diretoria. Estavam acompanhados esses dois senhores pelo seu
450 Felisberto, que faz parte da Temática de Assistência Social e da Saúde, que apresentou o ofício
451 justificando a ausência da dona Lúcia Padilha por motivos de saúde. Então, primeiro fomos
452 ouvidos, porque esse GT foi para atender uma política de escuta da instituição, onde eles pleiteavam
453 a questão de um esclarecimento, porque não se sentiam contemplados nos seus direitos de defesa
454 com relação à cassação do registro. Então, passamos a ouvir a Entidade, eles trouxeram de novo
455 aquelas trajetórias sobre as denúncias, relativas às suspeitas de abuso sexual, interpretada por um
456 membro da instituição. Daí todos os relatos de que isso não era verdade, queixas iniciais, e depois
457 passamos a apresentar toda a apuração que se tem dentro do CMDCA, da trajetória da instituição,
458 desde 2003, quando pela primeira vez entrou com o pedido de registro da atividade neste Conselho.
459 E naquela ocasião os Conselheiros da época, que procederam visita, já sinalizavam algumas
460 dificuldades no sentido de que o espaço físico é bom, isso não é o problema, mas é a questão de
461 como a metodologia e o plano de trabalho são aplicados. Em 2003 foi aprovado o registro, já com a
462 sinalização de acompanhamento mais de perto dessa instituição, que se propunha a atender SASE,
463 metas de SASE. A instituição fez convênio com a FASC. Então, pudemos fazer uma linha do tempo
464 dentro da pasta da instituição, tem um quadro-síntese de cada fase da trajetória dessa instituição. A
465 Conselheira Vladia se permitiu, dada a escuta das reiteradas queixas por parte dos membros da
466 instituição já nesse nosso encontro da semana passada, de falarmos um pouquinho da trajetória de
467 porque o Conselho chegou à questão da cassação. A Entidade em um primeiro momento relutou em
468 aceitação de que ela não era cumpridora do art. 90 do ECA. Eles receberam a visita de um juiz, de
469 fato tem cópia dizendo que o espaço é adequado, mas o espaço físico nunca foi colocado como
470 inadequado. A grande questão é na apresentação de um plano de trabalho, a metodologia, que por
471 ocasião das visitas vimos que não condizia com o que estava, a prática não condizia com o que
472 constava no plano. E isso, reiteradamente, culminou com a cassação do registro. Gilmar, eu estou
473 dando uma síntese, não sei se está correto, se tu queres dar mais alguma informação. **Sr. Gilmar**
474 **Dalósto Rossa:** Só falta o encaminhamento que foi dado. Nós os recebemos para resolver o
475 problema, para ouvi-los de fato. Então, ao final restou que nós não apresentaríamos o pedido de
476 reconsideração que eles queriam, ou seja, provavelmente, a Plenária não decidiria pela revogação da
477 cassação; mas que não impedia que eles a partir de, então, apresentassem um plano de trabalho e um
478 pedido de inscrição, onde se avalia todos os procedimentos de inscrição de Entidades. Aí eles já
479 acharam de antemão que a própria visita indeferiria o pedido, que não vai estar compatível com o
480 plano que eles apresentariam. Segundos eles, não têm receita nenhuma e estão funcionando na base
481 do esforço pessoal. Não tem mais ninguém da Entidade disposto a levar aquilo, foi o que a gente
482 entendeu, ou seja, é uma Entidade, um exército de um homem só. É um grupo que tenta tocar e não
483 tem recurso nenhum para fazer nenhum projeto. Então, foi sugerido pela Vladia que eles se
484 readequassem enquanto Entidade, como uma Entidade de atendimento indireto, onde não
485 precisariam estar executando agora, mas dariam condições para terem inscrição aqui dentro do
486 Conselho. E a partir do trabalho constituído até captar recursos. Eles ficaram de pensar na
487 possibilidade, já tinham a idéia que iam desistir do SASE, porque não estavam tendo condições de
488 manter esse programa, que iam pensar nessa possibilidade de mudar a finalidade da Entidade, não

489 de atendimento direto, mas para indireto. **Sra. Fátima Regina Leite Cruz:** Por fim, eu penso que a
490 Entidade compreendeu e acolheu de forma a escutar o que foi a trajetória da instituição desde a
491 questão do seu registro. Como o Conselheiro falou, para apresentar precisaria estar fazendo o
492 trabalho, precisaria que o plano de trabalho estivesse de acordo com a realidade, o que nunca
493 acontecia, já acontecia independente do momento atual de não estar tendo mais o convênio da
494 FASC. Então, procurou-se dar mais uma vez essa transparência, que pela colocação das pessoas eu
495 acho que agora acataram, porque depois de toda essa escuta, aí eles reiteraram que não tinham
496 condições. Então, encaminhou-se nesse sentido. **Sra. Presidente:** Então, esse encaminhamento que
497 a comissão fez, foi um bom trabalho, mas eu ainda acho que a Entidade não compreendeu muito
498 bem, porque ela já trouxe, na mesma semana, uma solicitação de registro de trabalho indireto e um
499 plano de trabalho. Então, a comissão orientou e ela já trouxe, mas eu acho que ela teria que começar
500 a fazer o seu reordenamento e após isso registrar. Eu acho que também tem que sair por escrito tudo
501 que foi combinado com essa Entidade, oficializar para garantir, para não ter dúvidas. **Sra. Elisabete**
502 **Bortoluzzi:** A impressão que eu tenho é que eles vão reproduzir, vai começar tudo, só que com um
503 período de tempo diferente. Não me parece que eles entenderam de fato a mensagem e que vão
504 trabalhar com um reordenamento, uma reorganização, repensar o processo deles. Parece-me que
505 eles vão continuar e me preocupa o Conselho dar um aval positivo a eles. **Sr. Gilmar Dalósto**
506 **Rossa:** Não, agora vai passar a tramitar aqui no Conselho. **Sra. Ana Cristina L. de Algorta:** Eu,
507 como Entidade de trabalho indireto, sinto como se o trabalho indireto fosse um saco, que todo
508 aquele que não trabalha direito vai, sem respeito às Entidades que trabalham, que há anos têm um
509 histórico de atendimento indireto. Agora vou entrar nesse saco dos que não trabalham direito, que
510 não tem programa, não tem projeto, não tem nada. Então, eu me sinto um pouco desconfortável.
511 **Sra. Rosane Passos da Silva:** Mas eu penso assim, se eles entram com um pedido, agora vai ter
512 que ter a discussão. **Sra. Ana Cristina L. de Algorta:** Mas eu acho que foi o olhar que nós demos a
513 eles. Não deu, então, é a chance que tem para entrar como atendimento indireto. É uma proposta
514 com pouca seriedade às Entidades. **Sra. Joice S. Gonçalves:** Enquanto Comissão de
515 Reordenamento, a mim não fica claro que uma instituição que tem um nome, CNPJ, já registrada
516 aqui, teve o seu registro suspenso por uma série de dúvidas, problemas no atendimento. Ela entra
517 com o mesmo nome, com o mesmo CNPJ, pedindo novamente um registro, ou seja, parece-me que
518 nós estamos sendo um pouco incoerentes, porque a gente deu um registro para aquela Entidade
519 jurídica e suspendeu, aí ela vai entrar novamente. Então, se pudesse rever esse encaminhamento,
520 porque o registro de Entidade é para todas, independente de ser direto ou indireto, a inscrição do
521 projeto que vai garantir esse atendimento indireto ou não. Nesse caso, ela entrar com um pedido de
522 registro, ela já tem, isso não define que ela seja trabalho indireto. E existe um entendimento, parece-
523 me que de consenso da maioria, que Entidade de atendimento indireto é aquela que de alguma
524 maneira vai estar dando suporte, ou vai estar ajudando as instituições que fazem esse atendimento
525 direto. Então, que tipo de atendimento essa instituição, com essa característica familiar, vai
526 conseguir dar? Outra preocupação que eu tenho, mas daí como cidadã esta Cidade, ver que aquele
527 prédio é público, é uma permissão de uso, que para essa Entidade que deveria usá-lo da melhor
528 maneira possível, na medida de atender o social. E nós temos algumas comunidades, como a Vila
529 Kéti ali perto que precisa desse atendimento e que não está sendo realizado hoje. Então, eu acho que
530 nós também precisaríamos estar vendo uma maneira de utilizar esse espaço, que é muito bom, é um
531 prédio que, embora sem manutenção, tem uma estrutura muito boa. É um espaço maravilhoso e as
532 crianças há uma quadra dali precisando de atendimento! **Sr. Gilmar Dalósto Rossa:** O Governo
533 não faz esse trabalho de verificar o uso dos prédios que dá permissão de uso? **Sra. Joice S.**
534 **Gonçalves:** Isso não é uma prática. **Sr. Gilberto V. Hügel Lisboa:** Esse uso tinha validade até o
535 final do ano de 2006 e era para uso exclusivo de uma creche, não dizia para quem. É da SEC e
536 expirava em 2006, não sei se houve uma renovação. Isso é com o Governo do Estado, nós não
537 temos interferência. **Sra. Presidente:** Já que foram dadas sugestões de encaminhamento para a

538 Entidade, ela já começou a atuar com o entendimento que ela teve. Portanto, essa representante da
539 Entidade tem uma mobilização de certa forma na região, ela tem trabalho, um movimento no OP,
540 ela faz essa atuação de trabalho indireto, de conquista das políticas públicas, digamos assim para
541 aquela região. Então, ela poderia estar, eu acho que foi esse o entendimento, dela se registrar,
542 porque tem Entidades que só fazem esse tipo de trabalho e que tem o registro. Portanto, para
543 trabalhar com terceira-idade tem que estar registrado no CMAS também. **Sra. Fátima Regina Leite**
544 **Cruz:** Foi dentro dessa lógica que a Conselheira Vladia fez a reflexão, dado esse trabalho, as
545 políticas sociais, para que a Entidade pudesse fazer um reordenamento e ficar como atividade
546 indireta. **Sr. Gilmar Dalósto Rossa:** Respondendo à Conselheira Ana, não há problema e nenhuma
547 intenção em desmerecer o trabalho de qualquer Entidade, qualquer programa aqui. O fato é que essa
548 Entidade assume que não tem mais condições de desenvolver um atendimento direto, ela não tem
549 mais recurso para isso. Não quer dizer que ela não possa retomar a inscrição aqui no Conselho,
550 quando ela resolver as pendências que tem, pode muito bem se habilitar novamente. A idéia é que
551 ela de reordene, inclusive, nas próprias finalidades, se ela não mudou nada e está apresentando uma
552 finalidade distinta daquilo que está previsto no seu estatuto, vai ser indeferido de pronto. Agora, se
553 ela se reordenou, mudar a sua finalidade, vir constituída com uma diretoria dentro daquilo que a
554 legislação permite, não tem porque nós não considerarmos o pedido de inscrição. Nós não
555 mandamos eles apresentarem no dia seguinte, se eles não entenderam, bom, aí vão levar o capote de
556 novo. **Sra. Ana Carolina Svirski:** A minha dúvida é se naquele estatuto estava previsto o
557 atendimento indireto, porque se estava ela pode dizer: “Agora eu vou fazer atendimento indireto”.
558 **Sr. Gilmar Dalósto Rossa:** Aí tem que analisar. **Sra. Presidente:** Vamos em frente, senão, não
559 vamos cumprir com a nossa pauta. Nós temos alguns recursos do edital ainda e tem aqui um
560 encontro, é a sugestão do nosso encontro no dia 11, entre funcionários. É isso, Ariadne? **Sra.**
561 **Ariadne Tupy-Assu:** Seria a continuação daquele seminário que foi feito com os Conselheiros e do
562 Carlos com os funcionários. A proposta agora é fazermos todos juntos, o local é no Belém do Horto,
563 que é o local onde se conseguiria alimentação gratuita, podemos nos encontrar no Centro, um ônibus
564 para levar a todos. É a proposta de ser o dia inteiro, terça-feira. A alimentação nesse local quem
565 paga é a UNESCO, tem um convênio da UNESCO para fazer melhorias no setor, eu não sei se em
566 outro local a gente conseguiria. **Sra. Presidente:** Ano passado nós fomos para as Ilhas, este ano, até
567 para contemplar o encontro de Conselheiros e funcionários para interagir, para conversar sobre uma
568 série de dúvidas que ainda se tem, isso surgiu porque eu que a Eulina fomos a uma reunião com os
569 funcionários, para trabalhar um pouco. É uma questão de entendimento das atribuições dos
570 funcionários aqui, porque estava dando muito choque. Então, foi sugerido que a gente se
571 encontrasse, todos os funcionários e Conselheiros, até para se conhecerem. E temos a sugestão do
572 dia 11, o dia inteiro, cada um já levaria um presentinho, os amigos-secretos lá se escolhem. **Sra.**
573 **Eulina Antunes:** Uma coisa que surgiu desse encontro com todos os funcionários e Conselheiros,
574 que tem funcionários e Conselheiros novos. Então, para a gente estar colocando os fluxos todos do
575 Conselho, dos Conselheiros e dos funcionários. Às vezes o que acontece? Até na própria reunião do
576 Fórum, que o Fundo vai apresentar, tem Conselheiros que ficam lá atrás, aí vêm as Entidades
577 fazendo perguntas, e, às vezes, as respostas não são as mesmas, porque nem mesmo todos os
578 Conselheiros conhecem os fluxos dos funcionários aqui da Prefeitura. Então, é um entendimento e
579 uma programação para o ano que vem. **Sra. Presidente:** Estamos de acordo? Precisamos votar?
580 Então, dia 11 nós usaríamos o dia todo e quarta-feira não teria aqui, porque nós vamos lá mesmo é
581 para trabalhar. **Sra. Eulina Antunes:** Eu acho que nós poderíamos na próxima Executiva fazer mais
582 ou menos uma planilha, porque o Fundo vai apresentar o funcionamento dele, eu acho que cada
583 comissão poderia escolher um representante, porque nós vamos ter que apresentar os fluxos de cada
584 comissão para os funcionários novos. Então, nós vamos ter o nosso espaço também para eles
585 saberem a quem se dirigir em determinado momento quando as dúvidas surgirem. E como isso?
586 Assim como nós queremos saber também. Aí nós vamos ter que nos organizar. **Sra. Presidente:**

587 Quem aprova dia 11, em Belém do Horto levante a mão. Aprovado por maioria absoluta. A saída,
588 em princípio, às 8h30min, em frente à Prefeitura. **Sr. Gilmar Dalósto Rossa:** Nós temos que tomar
589 o cuidado para fazer um dia produtivo, não se deslocar para lá para almoçar, claro, ninguém está
590 indo lá por isso, mas a gente pode correr o risco de perder tempo para ir, para voltar e o que
591 interessa mesmo, que é produzir, a gente ganha pouco tempo. **Sra. Elisabete Bortoluzzi:** E isso
592 venha a contribuir para o Conselho. **Sra. Ariadne Tupy-Assu:** Eu tenho um informe rápido,
593 Presidente. Eu e o Carlos estamos tentando estruturar, colocar fluxos, algumas questões já estão
594 bem melhores e outras ainda faltam. Só que vocês estão vendo que está chegando muita gente nova,
595 algumas pessoas também precisam sair, porque a gente tem uma linha a partir do momento em que
596 eu sou a Gerente Administrativa dos funcionários da Prefeitura, o Carlos é o Coordenador Geral.
597 Então, estamos dando uma linha de trabalho, digamos, fizemos várias reuniões e pedimos várias
598 coisas, entre elas cumprir carga horária, coisas para o trabalho andar melhor. Só que existem
599 pessoas que não estão dispostas a seguir a linha de trabalho que nós estamos colocando. Então, eu
600 não gostaria de citar nomes, mas gostaria de ter o apoio da Plenária para fazer as trocas necessárias
601 para a gente poder construir um CMDCA melhor e um fluxo de trabalho melhor. **Sra. Elisabete**
602 **Bortoluzzi:** Eu sei que há todo um princípio ético de não se falar nomes, mas sem nomes nós não
603 temos como saber se te apoiamos ou não. **Sra. Ariadne Tupy-Assu:** Eu sei, mas eu não posso citar
604 antes de conversar com essas pessoas. **Sra. Elisabete Bortoluzzi:** Eu já conversei com alguns
605 Conselheiros e estamos sendo cobrados, é seriedade, competência, profissionalismo. Então, eu
606 acredito que da mesma forma que nós Conselheiros somos cobrados, os funcionários aqui de dentro
607 também têm que ser. É inadmissível coisas que foram decididas aqui há 15 dias estarem dentro de
608 uma gaveta! Eu sou capaz de citar mais de uma que está parada em gaveta. **Sra. Ariadne Tupy-**
609 **Assu:** Há situações que eu percebo no dia-a-dia, porque eu estou aqui todos os dias, por isso
610 estamos chegando a conclusões que há pessoas que não se enquadram no perfil que eu e o Carlos
611 queremos para melhorar. **Sra. Presidente:** Essa questão, primeiro funcionário tem a questão de
612 cumprimento de horário, já foi feita troca de funcionários, até pela questão de cumprimento de
613 prazos. É uma coisa que a gente tem que ficar fazendo um apelo, o que deveria ser um dever dos
614 funcionários, aí tem que pedir para eles abraçarem a causa, porque nós precisamos, quando, na
615 verdade, eles estão aqui para cumprir. Está lei que o Município tem que dar essa sustentação, a
616 partir do momento que o Município dá esses profissionais para o Conselho e não querem trabalhar,
617 cumprir um horário, que é o dever do funcionário público, nós não temos que estar se envolvendo
618 em uma questão funcional. Eu como responsável cobro, preciso que as coisas sejam feitas, as coisas
619 têm prazo, preciso que as coisas tenham transparência. Não dá para ter listagem de Entidades que o
620 projeto era lá de 2000, que não foi avaliado o projeto e só agora que apareceu, aí as Entidades que
621 vão pagar o preço, quando o profissional diz: “Mas isso não é minha atribuição”; mas era atribuição
622 dela até ontem aqui. Então, para trabalhar aqui tem que ser profissional. Então, tem que fazer o que
623 tem que ser feito quanto a essa questão, não dá para ficar passando a mão por cima, ou que o
624 Conselho tenha que fazer uma resolução dizendo para atender ao telefone a partir de tal horário. Já
625 me foi dito isso, mas são vícios que se tinha no passado. Quantos Conselheiros ficaram parados na
626 porta às 13h30min porque não tinha um funcionário que abrisse a porta, quando tinha funcionário
627 aquilo dentro. Tem gente que até desiste, às vezes uma é pessoa que não é do Conselho, mas vem
628 aqui para colaborar, por exemplo, a Haide vem aqui colaborar, imaginem, vem aqui e não tem
629 ninguém que abra a porta. Então, nós temos que dar liberdade para tomar as providências. **Sra.**
630 **Elisabete Bortoluzzi:** Eu concordo, tem que se tomar alguma providência, porque do jeito que está
631 é complicado para vocês enquanto gestores e para nós como colaboradores. **Sra. Ariadne Tupy-**
632 **Assu:** Nós temos uma responsabilidade muito grande com a Prefeitura, porque a partir do momento
633 que tu ganhas uma gratificação para ser chefe e somos cobrados, eu, principalmente, sou cobrada
634 fora daqui, não é nem por vocês. Fica difícil eu cobrar do funcionário A se o funcionário B continua
635 fazendo. Então, não tem como ficar no mesmo nível. **Sra. Presidente:** Esta tranqüilo. Nós temos

636 que rever essa questão do horário, das 11h30min às 14 horas, é meio impossível, porque não somos
637 acostumados com isso, teria que ser o normal. Nesse horário nem telefone não se atende e está
638 havendo reclamações, aí um funcionário me disse que foi resolução do Conselho. **Sr. Gilmar**
639 **Dalósto Rossa:** O horário base da Prefeitura não é esse. **Sra. Presidente:** E tem que atender a porta
640 também. Tem várias empresas que tem um horário assim, mas que internamente estão funcionando.
641 Eu já fui na FASC às 19 horas para resolver alguns problemas e estava aberto, aguardando a gente
642 chegar lá. **Sr. Júlio Fontoura:** O que a Ariadne quer é o respaldo do Conselho, tem que colocar no
643 papel. **Sra. Ariadne Tupy-Assu:** Como aqui tem prestação de contas, eu acho que a gente até pode
644 definir, o horário para atender prestação de contas poderia ser um pouco menos, porque alguém
645 chega 17h45min, aí até que carimbar prestação de contas essa grossura. Então, tem que ter um
646 pouco de flexibilidade em algumas coisas, mas o horário do almoço está exagerado. **Sra.**
647 **Presidente:** Eu acho que isso é uma questão de ajuste administrativo, não é conosco. Então,
648 concordam, aprovam? Está ok, está aprovado. Vamos entrar na questão do edital. Entraram mais
649 alguns recursos, isso não é de apavorar ninguém, mas constatamos alguns erros até de projetos que a
650 Entidade não recebeu. Nós temos que apresentar e já aprovamos semana passada, que alguns ajustes
651 que ainda temos que fazer, a gente votaria, encaminharia fora daquele valor já aprovado daquela
652 redivisão. Então, tem alguns que nós erramos, enfim, a comissão, o Conselho, os funcionários, mas
653 têm outros que não. Vamos lá. **Sra. Eulina Antunes:** Eu tenho dois aqui: Associação Comunitária
654 Santa Rita de Cássia, eu atendi essa instituição ontem, chegou antes das 9 horas, junto comigo, essa
655 senhora estava bem exaltada. Então, eu procurei acalmá-la, até porque eu não gostaria de ter ficado
656 fora de um edital. Ela não entendeu porque ficou fora, aí expliquei a situação de como aconteceu,
657 disse que nós iríamos nos reunir hoje e na quinta-feira daríamos um retorno. Eu li todo o projeto, foi
658 analisado por três Conselheiros o projeto, não tem anotação nenhuma. **Sr. Gilmar Dalósto Rossa:**
659 Eu tenho. Essa notícia foi avaliada, só que está como inadimplente. Ela consta aqui na lista como
660 inadimplente, ou seja, saiu daqui de cima e veio para cá, ela tem 83 SASE e mais a divisão dos
661 40%, totalizando R\$ 4.040,22. **Sra. Eulina Antunes:** Só que ontem ela foi falar com o Luiz
662 Henrique, depois veio no Fundo e não tinha nada no nom da instituição. Hoje eu fiz toda a trajetória
663 dos processos da instituição e não consta nada. **Sr. Gilmar Dalósto Rossa:** Mas ela ficou como
664 inadimplente. **Sra. Eulina Antunes:** Sim, mas foi um erro. **Sr. Gilmar Dalósto Rossa:** Mas quem
665 determinou foi o FUNCRIANÇA. **Sra. Eulina Antunes:** Eles dizem que não, não tem nada, essa
666 instituição está ok. Nós temos que resolver isso hoje. **Sr. Gilmar Dalósto Rossa:** Se foi um erro
667 nós temos que reabilitá-la, por isso o prazo para recursos. Por isso que eu disse que esse valor não
668 estava definido, é provisório, porque permite que tu corrija as distorções. Agora, por que nunca foi
669 feito assim? Porque sempre se contou com a tal da verba suplementar, ou seja, tem a chave do
670 cofre! Ano passado foram mais de 72 mil reais de verba suplementar. Então, o edital do ano passado
671 não foi de 2 milhões, foi de 2 milhões e 70 mil reais. Agora nós temos que tomar cuidado, não
672 vamos divulgar valor como sendo definitivo, ainda sujeito a modificações. Agora, se houve erro,
673 vamos reabilitá-la, mas foi o Fundo quem disse que ela estava inadimplente. **Sr. Gilberto V. Hügel**
674 **Lisboa:** De repente ela estava, veio aqui e regularizou. **Sra. Liane Scalabrini:** Essa Entidade
675 estava sempre com as prestações de contas em dia, é conveniada, é lá em cima, no Ipê II, é a única
676 Entidade que tem de assistência lá, tem geração de renda também. É uma Entidade pobre, séria e
677 prestadora de contas. **Sra. Eulina Antunes:** Errar todo mundo erra, nós temos que resolve o
678 problema agora. São R\$ 4.040,22. **Sr. Gilmar Dalósto Rossa:** Nós vamos ter que recalcular esse
679 valor dela, que não é exatamente esse valor, porque ela estava fora. **Sra. Eulina Antunes:** Mas
680 entrou no percapta e na divisão. Olha em que dia estamos hoje, todos fizeram um mutirão pela
681 manhã, pedimos para todas as instituições virem pegar o plano de aplicação hoje, porque seria o
682 último dia, para terça-feira que vê o Fundo faça o mutirão deles para que todas as instituições
683 assinem os termos, para que esse dinheiro saia até o dia 20 de dezembro. Então, se formos discutir
684 cada caso, se não é esse o valor, o Agenor me ajudou, nós entramos e vimos no quadro, foi feito

685 pelo percapta, igualmente das outras Entidades. **Sr. Gilmar Dalósto Rossa:** Se deixar por isso não
686 vai ter grande variação. **Sra. Presidente:** A gente sabe que foi cometida injustiça com a Entidade,
687 se alguém disse, mas se não era assim como esse alguém disse nós não podemos fazer juízo de
688 valores, tem que entrar. **Sr. Gilmar Dalósto Rossa:** Vou dar a origem disso, está aqui o documento:
689 Casa do Excepcional Santa Rita de Cássia. **Sra. Eulina Antunes:** Não é essa, é a Associação
690 Comunitária Santa Rita de Cássia. **Sr. Gilmar Dalósto Rossa:** Mas está aqui: Associação
691 Comunitária Santa Rita de Cássia não entregou prestação de contas do Edital 02/06, de R\$ 4.484,85.
692 **Sra. Presidente:** Mas não está. É isso que a Ariadne estava falando, que às vezes são ditas as
693 coisas, quando vai ver não são bem assim. **Sra. Ariadne Tupy-Assu:** Tinha gente entregando
694 prestação de contas hoje, os entregaram hoje eu não acho justo que recebam. Pode ter sido esse
695 caso. **Sra. Presidente:** Não vamos levantar hipóteses, pode ser outra prestação de contas, se é do
696 edital do ano passado não pode, mas se for deste ano pode. **Sra. Eulina Antunes:** Mas o Fundo
697 ontem confirmou para a Entidade que a Entidade estava ok. Quando a Entidade chegou na sala da
698 executiva disseram que a Entidade estava ok, eles não deram datas para nós, eles trouxeram a
699 Entidade na nossa frente para dizer que estava ok. Como que na frente da Entidade tu vais dizer
700 alguma coisa? Não tem como. Até que data foi o prazo dos recursos? Foi até o dia 20. O Luiz
701 Henrique também recebeu recursos, não passou para nós, isso chegou ontem na Executiva, mas o
702 recurso foi até o dia 20. E o que a Fátima vai apresentar é com data de hoje. Claro, foi um erro? Foi.
703 Uma instituição está sendo prejudica, mas com recurso com data de hoje. Isso tudo nós temos que
704 ver. **Sra. Ana Carolina Svirski:** Entrou com recurso depois do prazo, não pode. **Sra. Dalva**
705 **Franco:** A que não foi passado, justifica-se porque é clínica, mas vamos encerrar este aqui, que
706 seria um processo de votação, vamos para as outras duas que talvez tenha que ter um
707 encaminhamento com votação. **Sra. Elisabete Bortoluzzi:** Como vamos votar se tem um
708 documento que me diz que ela não estava apta, como nós vamos votar isso? **Sra. Eulina Antunes:**
709 A Entidade foi no Fundo e disseram que ela não estava apta, na nossa frente, aí veio o recurso fora
710 de data, foi ontem. **Sra. Ariadne Tupy-Assu:** Como eu fiquei doente e fiquei um tempo fora, antes
711 disso foi criada uma equipe para colocar todas as prestações de conta em dia. Tinha muitas
712 prestações de contas, elas foram chamadas e agendadas antes de sair o edital. Na semana passada, e
713 nesta ainda, existiam Entidades vindo regularizar a sua situação do edital passado. **Sr. Lino Morsh:**
714 Que não sabiam? **Sra. Ariadne Tupy-Assu:** Não sabiam. O que foi encontrado? Tem uma caixa
715 com originais, porque como antes não havia funcionários suficientes, o pessoal deixava prestação de
716 contas, não vinha buscar e o original ficou ali. Tem uma caixa inteira, foram encontrados alguns
717 originais de Entidades que estavam inadimplentes ali. Então, são coisas que aconteceram há 2, 3
718 anos, não tenho como justificar, mas estou comentando porque pode ser o problema dessa Entidade.
719 Eu não acho justo uma Entidade deixar de atender as crianças, ficar fora do edital por causa de um
720 possível erro de funcionário, ou de uma equipe, ou de um Conselho. Se a nossa equipe de agora diz
721 que está ok eu confio, porque foi a equipe que eu e o Carlos montamos. **Sr. Agenor Salton:** Então,
722 esses que foram encontrados não foram nem analisados? **Sra. Ariadne Tupy-Assu:** Isso eu não
723 posso dizer. **Sr. Agenor Salton:** Provavelmente. **Sra. Presidente:** A gente ainda discutiu isso, dizer
724 que a Entidade está inadimplente é uma coisa muito perigosa, porque se ela entrar contra uma
725 pessoa física ou jurídica, nós temos que pagar até indenizações do que se está falando. Então,
726 cuidado com o que dizemos. **Sra. Ariadne Tupy-Assu:** Pode ter sido isso, não estou afirmando. **Sr.**
727 **Gilmar Dalósto Rossa:** Eu tenho ela aqui como inadimplente, se foi um erro, tudo bem, mas tem
728 que ser admitido esse erro, porque foi dito em um momento decisivo que ela estava inadimplente.
729 Aí a Entidade vem aqui e o Fundo diz na frente dela que está tudo ok. Então, o erro é dos
730 Conselheiros? Eu tenho um documento aqui onde consta ela como inadimplente. Tem que se
731 assumir o erro. **Sra. Presidente:** Então, vamos lá, e processo de votação a Associação Comunitária
732 Santa Rita de Cássia, que entre para receber esse dinheiro do Fundo, quem concorda, por favor?
733 Alguém contra? Alguma abstenção? Então, quinze votos favoráveis, um não e uma abstenção.

734 Aprovada. O outro qual é? **Sra. Fátima Regina Leite Cruz:** Veio aos cuidados da Presidente Leci,
735 veio para conhecimento e ela me autorizou a leitura: “A Associação Cruzeiroas de São Francisco,
736 com sede e Porto Alegre, na rua Paulino Charge, 235 – Santo Antônio, informa que encaminhou o
737 projeto para o Edital 01/07, na modalidade PCDs, Trabalho Educativo. Constatou-se que na última
738 lista foi retirada a modalidade PCDs e ficou apenas o Trabalho Educativo. Portanto, vimos pelo
739 presente esclarecer que o atendimento na clínica não estava constando no projeto e nem a listagem
740 com os nomes, e para supressa apareceu na lista ‘clínica’. Solicitamos a revisão da planilha e
741 inclusão da modalidade PCDs, conforme lista e projeto encaminhado”. Eu fui ao Fundo ver o
742 projeto, falei com a Comissão de Finanças e realmente consta ali Trabalho Educativo e PCDs, foi
743 um equívoco na hora da passagem para a listagem. **Sra. Eulina Antunes:** Realmente, na folha rosto
744 está completa e como PCDs, 134 crianças e adolescentes, a listagem está completa também. O
745 Agenor foi para o computador, fez os cálculos novamente e o valor total seria de R\$ 4.527,10,
746 incluindo 134 PCDs, não clínica. **Sr. Gilmar Dalósto Rossa:** Igual o percapta é 103 mil, só aí já
747 daria 12 mil reais. **Sr. Agenor Salton:** Ele tem Trabalho Educativo, que tem 10 crianças e atende
748 390, PCDs 134, no percapta é R\$ 130,47, dá R\$ 1.804,89. **Sra. Presidente:** Eu gostaria de fazer um
749 encaminhamento, que a gente aprove as questões e depois acertem essas questões de valores para
750 não ficar debatendo centavos e reais aqui. Então, em processo de votação, quem está de acordo que
751 a Associação Cruzeiroas de São Francisco seja incluída, por favor, levanta a mão. Quem é contra?
752 Alguém se abstém? Uma abstenção, aprovado. Algum outro? **Sr. Gilmar Dalósto Rossa:** Sim. É a
753 ADRA, após a reunião aquele dia aqui eu entrei em contato e eles enviaram correspondência do dia
754 23, referente recurso Edital 01/2007: “Instituição Adventista Sul-Rio-Grandense de Educação e
755 Assistência Social, com sede na rua João Wallig, vem respeitosamente requerer revisão do cálculo
756 de distribuição do valor de recurso do edital”. O que acontece? Eu peguei o processo, li, ela
757 apresentou dois processo juntos e quem analisou juntou tudo, fez uma planilha só, somou as duas
758 Casas Lares, 8, 7 e 15 atendimentos e considerou um CNPJ. O que eles querem? Querem que esse
759 valor seja pago para as duas Entidades que se habilitaram porque são de Entidades mantenedoras
760 diferentes, são dois abrigos. Eles querem de 7, mais aquela de divisão igualitária para uma Entidade
761 e os outros 8, mais o percapta. **Sr. Lino Morsh:** Teria que ser dois processos separados. **Sr. Gilmar**
762 **Dalósto Rossa:** Mas eles entraram, aqui que está um só. Eles apresentaram separados, mas aqui
763 houve um erro nosso interno. Colocaram em um saquinho só, fizeram uma folha de rosto. Eu sou a
764 favor, são R\$ 2.300,00. **Sra. Presidente:** Quem é a favor que a ADRA tenha direito, por favor,
765 levante a mão? Quem é contra? Quem se abstém? Aprovado. **Sr. Gilmar Dalósto Rossa:** “A ACD
766 – Associação à Criança Deficiente, com sede nesta Capital, vem por meio deste solicitar os critérios
767 utilizados na escolha das Entidades que foram contempladas com recursos referente ao Edital 2007,
768 assim identificando por qual motivo a nossa instituição não foi contemplada”. A ACD não se
769 inscreveu, na lista ela não está. Até chamou atenção, porque ela tem um número enorme de
770 atendimentos. **Sr. Lino Morsh:** Eles não assinaram na entrega? **Sra. Elisabete Bortoluzzi:** Tem
771 que ver no protocolo. **Sra. Presidente:** Então, se ela não mandou projeto não tem direito. **Sr.**
772 **Gilmar Dalósto Rossa:** Eles foram verificar no protocolo, se na secretaria consta ou não, aí a gente
773 já tira a dúvida. **Sra. Presidente:** Vamos ao outro. **Sr. Gilmar Dalósto Rossa:** Aqui tem um pedido
774 também, do Instituto do Câncer Infantil, eles teriam mandado e-mail no dia 20 de novembro, para o
775 Luiz Henrique, solicitando informações sobre o edital: “Nosso projeto não foi contemplado no
776 último edital”. Eles gostariam de saber os critérios. Na realidade eles firmam contemplados. É clínica,
777 não entrou na divisão. **Sra. Presidente:** Não é nem clínica, é um atendimento pós. **Sra. Dalva**
778 **Franco:** Tem que mandar uma correspondência? **Sra. Presidente:** Sim. É ação continuada. **Sr.**
779 **Gilmar Dalósto Rossa:** Outro, por último, tendo em vista a não-aceitação de recurso fora de prazo,
780 mas tendo a Entidade recebido a informação que a data seria até o dia 23 de novembro para o
781 referido recurso, solicita a consideração. É a FULPASM. Ela disse que há mais de 20 anos participa
782 dos editais, recebendo auxílio para PCDs. **Sra. Elisabete Bortoluzzi:** A FULPASM tem uma

783 sistemática de SASE para PCDs. **Sra. Presidente:** Mas inscreveram como SASE? **Sra. Elisabete**
784 **Bortoluzzi:** Não existe essa modalidade para PCD. **Sra. Presidente:** O Frei Pacífico tem e é para
785 PCDs. **Sra. Joice S. Gonçalves:** A questão da FULPASM, quando eles fizeram a inscrição, eu acho
786 que um ou dois meses antes de abrir o edital nós fizemos a visita em função da concepção, a
787 constituição de SASE. Encaminhamos para a Políticas. Então, a inscrição do programa SASE ainda
788 não foi efetivado neste Conselho. **Sra. Elisabete Bortoluzzi:** E está faltando documentação,
789 trabalho. **Sr. Gilmar Dalósto Rossa:** Eles pedem direito a participar da divisão do percapta. **Sra.**
790 **Presidente:** Não, o processo agora é votação, eu acho que é indeferimento do pedido, até porque
791 eles falam em 20 anos, mas nem seis meses eles tem de participação no Fórum. Então, em processo
792 de votação a questão da FULPASM. Quem é a favor de contemplar, atender ao pedido, incluindo a
793 FULPASM na divisão percapta, por favor, levante a mão. Nenhum voto. Alguém é contra?
794 Abstenções? Não foi aprovado, então. Ficou a questão da ACD, foi verificado e ela não encaminhou
795 o projeto. Então, nós temos que responder que eles não se habilitaram a concorrer ao recurso. Nós
796 temos a questão do prazo para as Entidades trazerem o plano de aplicação, tem 70 Entidades que
797 ainda não entregaram e estão telefonando. Então, vamos ter que colocar em votação a possibilidade
798 da prorrogação até sexta-feira. Quem está de acordo com a prorrogação até sexta-feira, dia 30, por
799 favor, levante a mão. Quem é contra? Um. Alguma abstenção? Aprovada a prorrogação. (*Encerra-*
800 *se o registro taquigráfico às 17 horas*)